

Universidade do Algarve

Faculdade de Economia

Relatório da Unidade Curricular

Geografia Económica

HUGO EMANUEL DOS REIS SALES DA CRUZ PINTO

Faro, novembro de 2024

Relatório submetido para obtenção do título de Agregado em Ciências Económicas e Empresariais - especialidade em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, em conformidade com os Decreto-Lei n.º 64/2023, de 31 de julho, Decreto-Lei n.º 239/2007, de 19 de junho, e nos termos da alínea c), ii), do art.º 4.º do Regulamento n.º 502/2024 da Universidade do Algarve.

Índice

1. INTRODUÇÃO	3
Parte I – Um Balanço da Experiência em Curso	5
2. PERTINÊNCIA DA UNIDADE CURRICULAR.....	5
2.1. Enquadrando um Plano de Estudos para a Geografia Económica.....	5
2.2. As Diferentes Camadas da Disciplina.....	6
2.2.1. Uma Primeira Camada: As Instituições.....	6
2.2.2. Uma Segunda Camada: A Inovação	8
2.2.3. Uma Terceira Camada: As Redes	9
2.2.4. Camadas Recentes	10
2.3. A Unidade Curricular no Contexto do Ciclo de Estudos	12
2.4. Caracterização dos Estudantes	13
3. UM EXERCÍCIO EXPLORATÓRIO PARA MAPEAR TEMAS-CHAVE NA GEOGRAFIA ECONÓMICA	15
4. A UNIDADE CURRICULAR NOUTRAS UNIVERSIDADES	18
Parte II - Proposta Pedagógica	21
5. UMA NOVA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA ECONÓMICA.....	21
5.1. Uma Proposta.....	21
5.2. Programa.....	24
5.3. Bibliografia Principal	35
6. MODELO PEDAGÓGICO	36
6.1. Metodologia de Ensino.....	36
6.2. Resultados de Aprendizagem dos Alunos	37
6.3. Modelo de Avaliação	38
6.4. Recursos Pedagógicos.....	39
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43
LISTA DE ANEXOS	47

1. INTRODUÇÃO

Este relatório descreve a experiência e proposta pedagógica da unidade curricular *Geografia Económica*. A unidade curricular em questão, “Geografia Económica”, está inserida no 1º semestre do 1º ano do programa de mestrado em Economia do Turismo e Desenvolvimento Regional da Faculdade de Economia da Universidade do Algarve. Esta unidade curricular pertence à área científica de Economia, tal como se indica no Aviso n.º 2722/2018, que atualiza a estrutura curricular deste curso, publicado no Diário da República, Diário da República, 2.ª série — n.º 41 — 27 de fevereiro de 2018. Aprimorada ao longo dos anos, a disciplina enfatiza os aspetos fundamentais da Geografia Económica, da inovação e das redes territoriais, com aplicações práticas ao desenvolvimento e política regional.

O documento apresentado destina-se a relatar uma unidade curricular no contexto da candidatura a provas de agregação em Ciências Económicas e Empresariais – especialidade em Economia na Faculdade de Economia da Universidade do Algarve. Este relatório é assim uma das partes integrantes do processo de candidatura, conforme estipulado na regulamentação própria.

A escolha desta unidade curricular para parte integrante do processo de candidatura a provas de agregação fundamenta-se essencialmente em dois tipos de motivos. Primeiro, a disciplina está intimamente relacionada com os meus interesses de investigação e o trabalho desenvolvido na avaliação e formulação de políticas regionais de inovação. Segundo, trata-se de uma disciplina que foi inicialmente criada por mim e tem sido testada e aprimorada ao longo dos últimos anos, numa primeira fase chamando-se Geografia Social e Localização Empresarial, e posteriormente, após a reformulação do Mestrado, assumindo o nome de Geografia Económica. Além disso, esta unidade curricular possui potencial para ser incorporada numa grande variedade de cursos de ensino superior, dos diferentes níveis de ensino, ampliando a sua relevância e aplicação.

A disciplina foi inspirada e tem ligações em outras unidades que leciono/ei, como Economia da Empresa ou Políticas de Inovação e Desenvolvimento Empresarial. O ano letivo de 2024/25 serve de referência para a elaboração deste relatório.

Este relatório organiza-se em duas partes principais. Na primeira, é apresentado um balanço da evolução da disciplina e uma análise das diferentes camadas teóricas e práticas que a estruturaram até ao ano letivo 2024/25. Na segunda, apresenta-se uma nova Proposta Pedagógica, atualizada, com a justificação da pertinência desta unidade curricular, a exploração dos principais aspetos organizativos da disciplina, incluindo modelo de avaliação, organização das sessões e bibliografia de apoio. Adicionalmente, o documento inclui uma listagem de unidades curriculares similares em outras instituições de ensino superior, bem como apêndices relevantes que enquadram a disciplina no contexto do mestrado.

Parte I – Um Balanço da Experiência em Curso

2. PERTINÊNCIA DA UNIDADE CURRICULAR

2.1. Enquadrando um Plano de Estudos para a Geografia Económica

Desenvolver uma disciplina nova é sempre um desafio. E a Geografia Económica enfrenta uma miríade de desafios nas últimas décadas (Hassink et al., 2022), desde debates sobre a necessidade de uma abordagem pluralista após uma vertigem quantitativa (Martin, 2021) até aos métodos e técnicas que devem ser privilegiados neste domínio do saber (Bathelt & Li, 2020). Iniciei a lecionação de Geografia Económica há mais de uma dúzia de anos, sobretudo a alunos deste mestrado internacional em Economia do Turismo e Desenvolvimento Regional. Uma experiência que pode ser interessante para enquadrar as possibilidades de desenvolvimento da disciplina, não só para o ensino, mas também para a investigação futura.

Desde o início, utilizei os meus conhecimentos práticos como economista regional interessado na dinâmica da inovação, inspirado pela economia institucional e pelas desigualdades globais, para conceber o plano de estudos. Uma grande inspiração foi a abordagem institucionalista-territorialista de José Reis, bem-apresentada em Reis (2007), cujas aulas que frequentei no doutoramento (Governança, Conhecimento e Inovação), antecederem brevemente a criação deste programa. Outros dois professores, na licenciatura,

foram igualmente fundamentais para balizar o meu pensamento sobre o tema. A Professora Teresa de Noronha com a sua disciplina de Economia de Inovação e Professor João Guerreiro com a disciplina de Desenvolvimento Regional. No primeiro caso a disciplina foi introdutória de toda esta discussão sobre a relevância da inovação, com uma forte atenção à perspetiva neoschumpeteriana e à evolução das dinâmicas nacionais e regionais de inovação. Um dos textos bem explorados foi o livro coletivo “O Futuro Tecnológico: Perspetivas para a Inovação em Portugal” (Godinho & Caraça, 1999). No segundo caso, a atenção era muito forte ao que ia surgindo na escola francesa, em particular a abordagem territorial da inovação, ancorada em modelos como os meios inovadores ou as redes, como bem debatido em Benko e Lipietz (1994), obra fundamental para a disciplina.

Tenho atualizado o programa continuamente para manter sua relevância para os alunos, ampliando para dar maior ênfase a conceitos evolucionistas, como os ecossistemas empresariais, criação de trajetórias e resiliência regional. Procurei criar ligações com a elaboração de políticas, em particular com as novas políticas industriais, como as estratégias de especialização inteligente (S3), e também para introduzir a teoria da complexidade e os problemas perversos.

A próxima discussão reflete o formato da disciplina em 2024/25.

2.2. As Diferentes Camadas da Disciplina

2.2.1. Uma Primeira Camada: As Instituições

Nesta disciplina, a Geografia Económica preocupa-se com o estudo da variação da localização e da distribuição espacial da atividade económica, da distribuição geográfica das funções económicas e do bem-estar dos lugares, e das ligações através do território.

A abordagem está fortemente alinhada com o manual escolhido (Hayter & Patchell, 2016), que tem uma perspetiva institucionalista. Este livro apresenta a disciplina como tendo quatro objetivos principais: compreender como os

processos económicos internos-locais e externos-globais se combinam para produzir padrões localizados de crescimento e declínio; compreender a interconexão das atividades através do território e os fluxos de recursos e fatores; e aconselhar as empresas, o governo e outras organizações sobre como atingir objetivos sociais considerando a localização das atividades económicas. Sublinha que tanto as teorias como os métodos de análise são performativos e têm implicações para a elaboração de políticas.

Os mercados são vistos aqui como uma instituição fundamental, mas integrada em estruturas institucionais e territoriais mais amplas (Storper & Scott, 1995). São construções sociais e não uma característica inevitável das sociedades humanas (Hudson, 2016). Os mercados são necessários para coordenar as relações entre vendedores e compradores, a fim de reduzir os custos de transação. As falhas do mercado põem em evidência as limitações da afetação do mercado e o papel do Estado nas economias, e têm diferentes intensidades e efeitos em diferentes territórios. Neste contexto, a Geografia Económica salienta que existem mercados específicos em determinados locais, limitados e reforçados por instituições específicas, mas muitas interações não mercantis são fundamentais como processos formais e informais que estruturam a dinâmica coletiva, as culturas organizacionais e os contextos sociotécnicos (Carruthers & Babb, 2013).

A perspetiva partilhada sobre o que são as instituições é a de Reis (2007: 8): *“(...) instituições são as regras formais e informais que definem o nosso contexto de ação e o jogo da vida e através das quais estabelecemos a substância da vida social e os valores prioritários em que ela assenta.”* É a visão consolidada na economia institucional, como afirma Hodgson (2006: 1): *“(...) instituições são os tipos de estruturas que mais importam no domínio social: constituem o material da vida social. O reconhecimento crescente do papel das instituições na vida social inclui o reconhecimento de que grande parte da interação e da atividade humana está estruturada em termos de regras explícitas ou implícitas. Sem ofender demasiado a literatura relevante, podemos definir as instituições como sistemas de regras sociais estabelecidas e prevalecentes que estruturam as interações sociais”.*

A compreensão das instituições deve ser multifacetada. As instituições incluem tipos de estruturas de poder na sociedade, sistemas de regras que estruturam as

interações sociais (Hodgson, 2006). São constrangimentos criados pelo homem que estruturam a interação humana, consistindo em constrangimentos formais (regras, leis e constituições) e informais (normas de comportamento, convenções e códigos autoimpostos) que enquadram a estrutura de incentivos na sociedade (North, 1994). Também podem ser entendidas como padrões de interação social autossustentável, regras significativas que são conhecidas por todos os atores e incorporadas como crenças partilhadas sobre a forma como o jogo da vida é jogado (Aoki, 2001). No entanto, uma compreensão mais clara das instituições requer a consideração do seu carácter simultaneamente restritivo e libertador, definindo conjuntos de oportunidades e domínios de atividade para membros de um grupo. As instituições podem ser vistas como elementos básicos das relações económicas e sociais, e não apenas como limites a essas relações (Bromley, 2006).

A diversidade institucional é evidenciada na disciplina por estudos que sublinham as variedades do capitalismo (Hall & Soskice, 2001), demonstrando que os desempenhos nacionais não são todos iguais porque diferentes países têm diferentes arquiteturas institucionais que permitem uma organização do Estado e um comportamento dos atores muito diferenciados (Amable & Lung, 2008).

2.2.2. Uma Segunda Camada: A Inovação

A inovação é apresentada nesta disciplina como o principal catalisador do desenvolvimento económico, um processo complexo que depende da configuração institucional, criando uma causalidade cumulativa, círculos virtuosos ou viciosos (Fagerberg & Verspagen, 2009). A disciplina aborda sinteticamente a evolução das economias de mercado nos últimos 250 anos utilizando o quadro do paradigma tecno-económico (Perez, 2010).

As economias de aglomeração são a base da análise regional da inovação e são consideradas fundamentais para a emergência da inovação, da aprendizagem coletiva e do intercâmbio de conhecimentos entre empresas e outras entidades. O conceito de variedade relacionada é introduzido para captar o delicado equilíbrio entre a proximidade cognitiva e a distância entre sectores económicos num determinado território, necessário para que o conhecimento se propague

eficazmente (Boschma et al., 2012). Destaca-se a importância da proximidade organizada (Torre & Rallet, 2005), conferindo à proximidade uma dimensão não meramente geográfica, mas também assumindo-a como um conceito relacional.

A disciplina sublinha então a importância da aglomeração e da proximidade na inovação (Boschma, 2005) e descreve modelos de inovação territorial, tais como polos de crescimento, sistemas de produção local, distritos industriais, meios inovadores (Moulaert & Sekia, 2003). É dada particular ênfase à discussão sobre clusters (Ebbekink & Lagendijk, 2013) e sistemas regionais de inovação (Asheim et al., 2019).

2.2.3. Uma Terceira Camada: As Redes

As redes de inovação e de conhecimento são exemplos de redes que vão para além do âmbito geográfico. As redes contribuem para a formação de capital social, caracterizado pela reciprocidade, confiança e cooperação. Realça-se o interesse na utilização de técnicas de análise de redes sociais para mapear as redes no território (Ter Wal & Boschma, 2009). As redes são apresentadas como sendo constituídas por laços fortes e fracos, na aceção de Granovetter (1973), dominadas por mediadores fundamentais, com potencial para abrir portas ou desenvolver buracos estruturais (Burt, 1995).

A resiliência de um território está relacionada com a estrutura das suas redes. Certas características estruturais, como a conectividade e a densidade, criam as condições para um sistema ser mais resiliente. A estrutura de rede mais eficaz num contexto de estabilidade é bastante diferente da estrutura mais eficaz em períodos de turbulência. A hierarquia e a homofilia estrutural das redes são propriedades adequadas para estudar como os territórios conseguem desenvolver novas trajetórias de desenvolvimento (Crespo, Suire & Vicente, 2014).

A possibilidade de utilizar abordagens mais qualitativas capazes de ultrapassar a divisão macro-micro, como a Teoria do Ator-Rede (TAR), é mencionada na disciplina para compreender a evolução dinâmica das redes. A TAR é aplicada através de métodos qualitativos, como entrevistas e pesquisas etnográficas, acompanhando os atores no seu contexto e atividades quotidianas. A TAR é uma

abordagem consolidada nos Estudos de Ciência e Tecnologia (Latour, 2005), utilizada para compreender todos os tipos de processos em que os atores desenvolvem decisões coletivas, criando associações, fornecendo um quadro para compreender a mudança e o envolvimento coletivo desde a delimitação inicial de um problema até à consolidação de uma rede de atores engajados na sua resolução. Os territórios podem ser, por isso, muitas vezes, entendidos como atores-rede (Covas, 2023).

2.2.4. Camadas Recentes

A disciplina incluiu algumas extensões para abranger temas emergentes.

Foi acrescentado um novo módulo sobre resiliência. Na sequência de contribuições da Geografia Económica Evolucionista, a resiliência é entendida como a capacidade de adaptação de uma determinada economia regional no longo prazo (Boschma, 2015). A resiliência é tanto a capacidade de recuperação, como de reação do sistema, para uma reorganização antecipatória ou reativa, para resistir ou recuperar a sua trajetória, ou para criar trajetórias (Simmie & Martin, 2010).

Confere-se maior atenção ao conceito de ecossistema entre os modelos de inovação territorial. O conceito tem sido amplamente utilizado nas ciências sociais para analisar contextos delimitados nos quais os atores desenvolvem atividades específicas. Está frequentemente ligado a ideias da teoria da complexidade, nomeadamente aos sistemas adaptativos complexos com propriedades emergente e às teorias evolucionistas, com ênfase na mudança, adaptação e seleção (Carrozza et al., 2020).

A complexidade e os problemas perversos estão também a ser objeto de maior atenção na Geografia Económica. Na última década, a teoria da complexidade tornou-se cada vez mais proeminente na literatura sobre avaliação de políticas, e o estudo dos sistemas adaptativos complexos ganhou força (Kallemeyn et al., 2019). Está a ser dada mais atenção à mudança estrutural como um motor fundamental do desenvolvimento a longo prazo, às estratégias de especialização inteligente (Foray et al., 2021), ao papel das universidades neste processo (Pinto,

2024), à capacidade do sector público para a mudança sistémica (Laranja & Pinto, 2023) e aos processos de periferização e de “lugares deixados para trás” (Pike et al., 2023).

2.3. A Unidade Curricular no Contexto do Ciclo de Estudos

O mestrado em Economia do Turismo e Desenvolvimento Regional da Universidade do Algarve destaca-se pela sua abordagem interdisciplinar, integrando as áreas do turismo e do desenvolvimento regional (cf. Plano de Estudos em anexo). Este programa oferece aos estudantes uma formação sólida, explorando as interações entre a economia do turismo e as dinâmicas regionais.

Com a recente reorganização do plano curricular em 2024/25, a disciplina de Geografia Económica passou a ser oferecida no primeiro semestre, enquanto a disciplina de Economia do Desenvolvimento Regional é movida para o segundo semestre. Esta alteração proporciona uma sequência que permite aos alunos, desde o início, compreender as bases territoriais e espaciais da economia, o que é crucial para o estudo do turismo. A compreensão inicial das bases fornecidas pela Geografia Económica prepara o terreno para o estudo de outras disciplinas como Política e Estratégia em Turismo e Marketing Turístico, que tratam da aplicação prática destas dinâmicas no setor.

No segundo semestre, a disciplina de Economia do Desenvolvimento Regional oferece uma continuação natural, aprofundando os conhecimentos adquiridos. Esta disciplina aprofunda o estudo da teoria económica aplicada aos desafios do desenvolvimento regional. O foco é na importância do espaço dentro da análise económica regional. Os alunos aprofundam teorias sobre a localização das atividades económicas, como as que explicam as áreas de mercado, as decisões sobre onde instalar indústrias, as economias de aglomeração e o papel essencial da inovação no crescimento regional.

A combinação de Geografia Económica e Economia do Desenvolvimento Regional permite que os alunos compreendam como os fatores geográficos e económicos interagem para promover o crescimento e a sustentabilidade das regiões. Além disso, esta base é complementada com as ferramentas e metodologias adquiridas em Métodos de Análise Regional, que também ocorre no segundo semestre, capacitando os alunos a aplicar técnicas avançadas para estudar o desenvolvimento regional, e é lecionada pelo docente de Geografia Económica, gerando várias sinergias entre estas UCs.

Este é outro pilar importante do programa de mestrado, que oferece assim uma base sólida em métodos quantitativos, permitindo que os estudantes apliquem as teorias e ferramentas aprendidas e desenvolvam competências em análise de dados espaciais.

2.4. Caracterização dos Estudantes

Normalmente, os estudantes deste mestrado vêm de todo o mundo. Do Brasil e de países africanos de língua portuguesa, de Timor-Leste, de Macau, de países da África subsariana como a Nigéria, os Camarões e o Gana, de outros locais como o Bangladesh e o Irão, mas também da Europa, sobretudo através do programa Erasmus, e de Portugal. A disciplina é geralmente muito apreciada pelos alunos. O conteúdo é particularmente novo para os estudantes africanos, que são frequentemente dos mais entusiastas da disciplina. As proveniências disciplinares são muito variadas ainda que exista preponderância para estudos ligados à Gestão, Economia e Turismo.

A contabilização dos estudantes dos anos letivos de 2021 a 2024 revela a distribuição de estudantes de vários países, com a Nigéria a apresentar uma presença proeminente. Os dados revelam que este país constitui uma percentagem significativa do total de estudantes, seguida de contribuições notáveis de Bangladesh, Camarões, Gana e Paquistão. A representação frequente de Portugal indica uma forte inscrição local. Embora outros países como o Brasil também estejam presentes, a sua representação é menos acentuada. A inclusão de estudantes Erasmus reflete a mobilidade e o intercâmbio internacionais, contribuindo para uma mistura diversificada de nacionalidades, normalmente provenientes da Europa central e de Leste, como a Alemanha e a Polónia. No geral, esta distribuição promove muitas oportunidades para interações interculturais e colaborações entre os estudantes.

A perceção do docente é que esta disciplina de Geografia Económica é frequentemente bem considerada pelos alunos, que apreciam a abordagem pedagógica, a relevância dos conteúdos e o suporte oferecido durante o processo

de aprendizagem¹. Além disso, essa alta consideração pela disciplina é evidenciada por um número significativo de pedidos de orientação para dissertação, o que demonstra o interesse dos alunos em aprofundar os seus conhecimentos e pesquisas neste domínio. A procura por orientação académica não apenas ressalta a qualidade do ensino, mas também o impacto positivo que a disciplina tem na formação dos alunos, incentivando-os a explorar temas relevantes e a desenvolver as suas capacidades analíticas e críticas.

Tabela 1: Número de estudantes (inscritos) no mestrado nos últimos 3 anos letivos

Países	Frequência	Percentagem
Nigéria	18	28,6
Bangladesh	6	9,5
Camarões	6	9,5
ERASMUS	5	7,9
Gana	5	7,9
Paquistão	5	7,9
Portugal	5	7,9
Cabo Verde	2	3,2
Guiné-Bissau	2	3,2
Angola	1	1,6
Alemanha	1	1,6
Brasil	1	1,6
Índia	1	1,6
Irão	1	1,6
Libéria	1	1,6
Ruanda	1	1,6
Turquia	1	1,6
Vietname	1	1,6
Total	63	100,0

Fonte: Elaboração própria com dados FEUAlg.

¹ Ainda que o baixo número de respostas ao longo dos anos não permita a geração dos relatórios de perceção de desempenho docente.

3. UM EXERCÍCIO EXPLORATÓRIO PARA MAPEAR TEMAS-CHAVE NA GEOGRAFIA ECONÓMICA

A fim de recolher a perspetiva dos estudantes sobre a Geografia Económica, e inspirado pelas ideias de complexidade, foi realizado um grupo de discussão em maio de 2023 para identificar tópicos relevantes no ensino e na investigação desta área científica. O primeiro passo do processo foi um *brainstorming* livre, com dez estudantes presentes, para identificar quaisquer tópicos relevantes, sem restrições. O moderador, neste caso eu próprio, apenas tentou combinar tópicos que estivessem eventualmente relacionados e ajudar a encontrar a designação adequada. A lista gerada é apresentada por ordem alfabética abaixo.

Agência transformadora e desenvolvimento regional, Agendas sociais, Aspectos ambientais, Blocos económicos emergentes, Competição e cooperação, Decrescimento, Desenvolvimento de clusters, Desenvolvimento de trajetórias, Desigualdade nas metrópoles, Desigualdades de género, Desigualdades globais, Diferenças culturais, Dinâmica e automatização do emprego, Escassez e recursos, Estudos pós-coloniais, Gentrificação das cidades, Grupos de pressão e poder, Inovação para a sustentabilidade, Interdependências regionais, Localização e concentração, Métodos mistos, Organização industrial, Problemas perversos e complexidade, Processos agente-principal, Radicalismo e descontentamento, Segurança e mobilidade, Técnicas de análise espacial, Urbanização e planeamento

Para se hierarquizar estes tópicos, foi então atribuído aos participantes um número de votos (6) para selecionar os temas mais importantes. Os participantes podiam votar no máximo duas vezes num mesmo tema. O processo de votação resultou numa hierarquização dos temas considerados mais importantes. Cada

participante teve um voto adicional no final da primeira ronda, uma vez que, por uma questão de implementação, apenas seriam mantidos os temas mais votados (no caso, com mais de quatro votos). A lista final é apresentada de seguida:

- Inovação para a sustentabilidade (14 votos)
- Interdependências regionais (8)
- Urbanização e planeamento (4)
- Desigualdades de género (4)
- Desigualdades globais (4)
- Problemas perversos e complexidade (4)
- Agência transformadora e desenvolvimento regional (4)
- Escassez e recursos (4)

Com base nestes oito temas, o grupo elaborou um círculo de conexões (cf. Figura 1). Partindo dos diferentes temas, foi perguntado aos participantes se o tema específico tinha implicações e relações estreitas com algum dos outros sete. Os círculos de conexões são ferramentas para uma reflexão exploratória, para clarificar a compreensão das causas subjacentes a questões complexas ou problemas perversos. Ajudam a encontrar relações no interior de sistemas complexos. O principal objetivo é encontrar alavancas que tenham um forte impacto na alteração ou resolução de um determinado problema.

Isto levou à definição de quatro alavancas fundamentais que devem ser abordadas no ensino e na investigação da Geografia Económica no futuro: Inovação para a sustentabilidade, Escassez e recursos, Problemas perversos e complexidade, Desigualdades globais. Estes são temas que constituem, segundo os estudantes desta turma, a base fundamental para a conceção do ensino e investigação da Geografia Económica nos dias que correm.

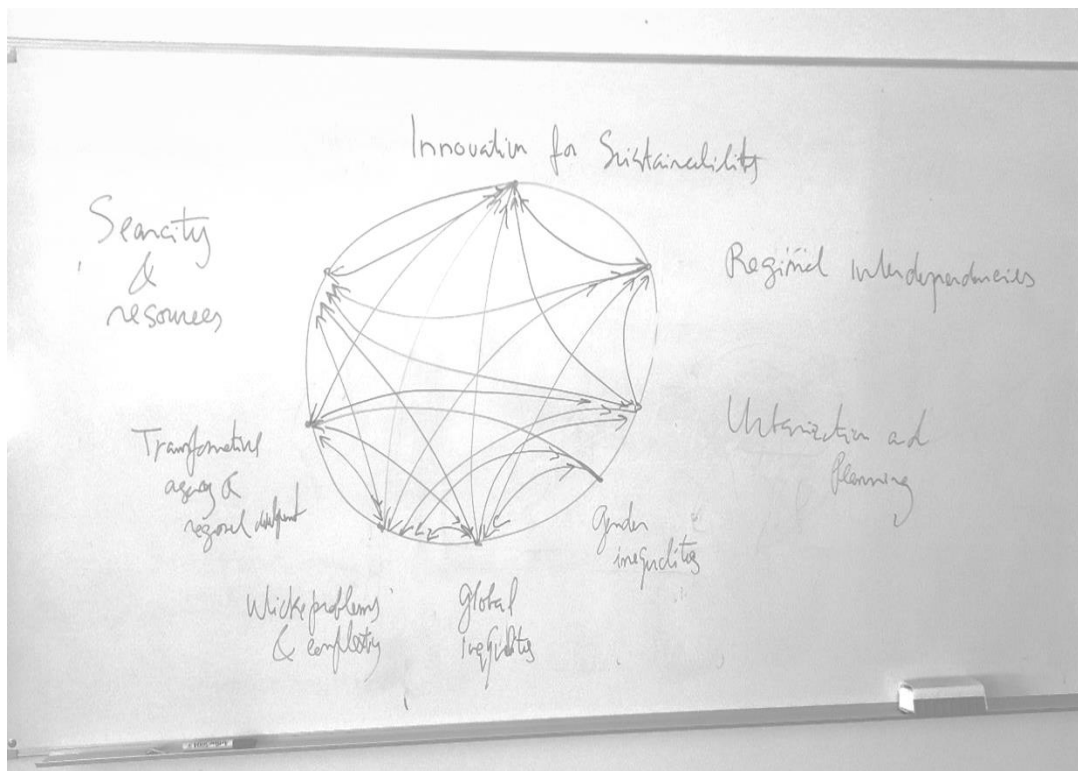


Figura 1: O círculo de conexões no quadro branco: as ligações entre principais temas na Geografia Económica

Fonte: Autoria própria.

Em seguida, os alunos foram desafiados a pensar em direções específicas para a investigação nestes quatro temas. Alguns exemplos são listados de seguida, naturalmente influenciados pela sua área de interesse – o turismo. Relativamente à Inovação para a sustentabilidade, os alunos mencionaram "tecnologias para o turismo ecológico" ou "emergência climática em destinos turísticos com recursos naturais". Relativamente à Escassez e aos recursos, os alunos sugeriram a necessidade de estudar os bens comuns (água, oceano, biodiversidade), o acesso e o financiamento de infraestruturas regionais e o acesso aos mercados e às cadeias de valor globais. No que se refere aos Problemas perversos, a tónica foi colocada na educação e na desigualdade de género, na resiliência transformadora e no consumo e produção sustentáveis. Por último, os estudantes sugeriram que as Desigualdades globais podem ser melhor compreendidas através da investigação sobre modelos económicos alternativos, que compreendam a aglomeração e as interdependências entre territórios.

4. A UNIDADE CURRICULAR NOUTRAS UNIVERSIDADES

A reflexão para a construção desta UC foi ainda inspirada por outras disciplinas semelhantes de universidades internacionais, nomeadamente:

A disciplina de mestrado Geography of Innovation, Utrecht University

A disciplina de mestrado Advanced Economic Geography, Utrecht University

A disciplina Place and innovation, from Silicon Valley to Graphene City, University of Manchester

A disciplina de Geografia Económica a lecionar apresenta similaridades com outras unidades curriculares de universidades nacionais, nomeadamente nos cursos de Geografia Económica ou disciplinas afins.

Esses cursos abordam temas relacionados à Geografia Económica, incluindo desenvolvimento regional, planeamento territorial, e questões socioeconómicas. Abaixo segue uma lista não exaustiva (e respetivas hiperligações) de cursos onde existe uma disciplina com estas características:

- **ISCTE**
 - Mestrado em Economia e Políticas Públicas
 - Mestrado em Economia Política

- **Universidade de Lisboa**
 - Licenciatura em Geografia
 - Mestrado em Geografia Humana: Globalização, Sociedade e Território

- Mestrado em Ordenamento do Território e Urbanismo
- Doutoramento em Geografia
- **Universidade Nova de Lisboa**
 - Licenciatura em Geografia e Planeamento Territorial
 - Mestrado em Transição, Inovação e Ambientes Sustentáveis
 - Doutoramento em Geografia e Planeamento Territorial
- **Universidade do Porto**
 - Licenciatura em Geografia
 - Mestrado em Ensino da Geografia
 - Mestrado em Economia e Gestão da Inovação
- **Universidade de Coimbra**
 - Licenciatura em Geografia
 - Mestrado em Geografia Humana, Planeamento e Territórios Saudáveis
 - Doutoramento em Geografia
- **Universidade de Évora**
 - Licenciatura em Geografia
 - Mestrado em Políticas Públicas
- **Universidade do Minho**
 - Licenciatura em Geografia e Planeamento
 - Mestrado em Geografia
- **Universidade de Aveiro**
 - Licenciatura em Administração Pública
 - Mestrado em Planeamento e Desenvolvimento Regional

- **Universidade da Beira Interior**
 - Mestrado em Economia
 - Doutoramento em Economia

- **Instituto Politécnico de Leiria**
 - Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Local

- **Instituto Politécnico de Coimbra**
 - Licenciatura em Planeamento e Gestão do Território

Parte II - Proposta Pedagógica

5. UMA NOVA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA ECONÓMICA

5.1. Uma Proposta

Ainda que esta disciplina tenha obtido um relativo sucesso esta secção sugere uma nova estrutura que visa uma atualização do programa.

Nos últimos anos, tem existido um crescente interesse em como cidades e regiões respondem e se adaptam a mudanças rápidas e, muitas vezes, turbulentas, e por que algumas parecem ser muito mais bem-sucedidas em aproveitar essas mudanças. O objetivo é compreender através da Geografia Económica, numa abordagem institucional e evolucionista, a localização empresarial, a inovação, a resiliência regional.

A disciplina de Geografia Económica parte do pressuposto que as estruturas económicas são simultaneamente moldadas por condições de mercado global pela concorrência e inserção em cadeias de valor, pela mudança tecnológica e transformações nas políticas públicas e por características do território.

A disciplina explora por que certas atividades económicas se concentram em determinadas regiões, enquanto outras estão dispersas. Discute também por que certas regiões se desenvolvem enquanto outras ficam para trás e questiona se, numa economia cada vez mais globalizada, o desenvolvimento espacialmente desigual é uma característica inevitável do capitalismo. Usando uma variedade de exemplos de diferentes tipos de economia, a unidade curricular examina o surgimento de novas indústrias e o declínio de outras. Compara diferentes tipos de modelos territoriais de inovação, descreve dinâmicas recentes das redes globais de produção e analisa as consequências desses processos em termos

geográficos. A disciplina considera ainda como os processos económicos estão inseridos em contextos diferenciados, territorialmente e institucionalmente, e que tal resulta em perfis diversificados.

Esta UC abrange vários aspetos da Geografia Económica, como as características da inovação e como esta afeta o crescimento económico. Três principais dimensões de análise refletem três aspetos que são transversais a todos os temas: evolução, incrustação, diferenciação (Figura 2).

- **Mercados e redes:** como as estruturas competitivas e a concorrência podem induzir a inovação em diferentes indústrias. Alguns desses aspetos estão relacionados com os sistemas de inovação. Também são analisados os processos de inovação e interdependências em contextos mais locais ou regionais, com foco em modelos territoriais de inovação.
- **Instituições:** como o quadro institucional afeta a inovação e a economia das regiões. Além das estruturas de governança, discute-se o papel de diferentes instrumentos, como a política industrial ou o regime de propriedade intelectual, para promover a inovação.
- **Conhecimento, Tecnologia e Inovação:** o papel da inovação no crescimento económico e as implicações de porque e como esta se dissemina no território.

Os tópicos do curso abrangem desde as fontes, características e impacto da mudança tecnológica e inovação, até à dinâmica de inovação nas empresas, indústrias e na economia em geral. Além disso, aborda a relevância da tecnologia no desenvolvimento competitivo de empresas, indústrias e países, assim como o papel das instituições no fomento da mudança tecnológica.

O curso também analisa criticamente os aspetos positivos e negativos da inovação, explorando os desafios e as limitações, e investigando como a inovação pode ser utilizada para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nomeadamente: o objetivo 8, referente ao trabalho digno e crescimento económico; o objetivo 9, que trata de indústria, inovação e infraestruturas; e o objetivo 11, relacionado com cidades e comunidades sustentáveis.

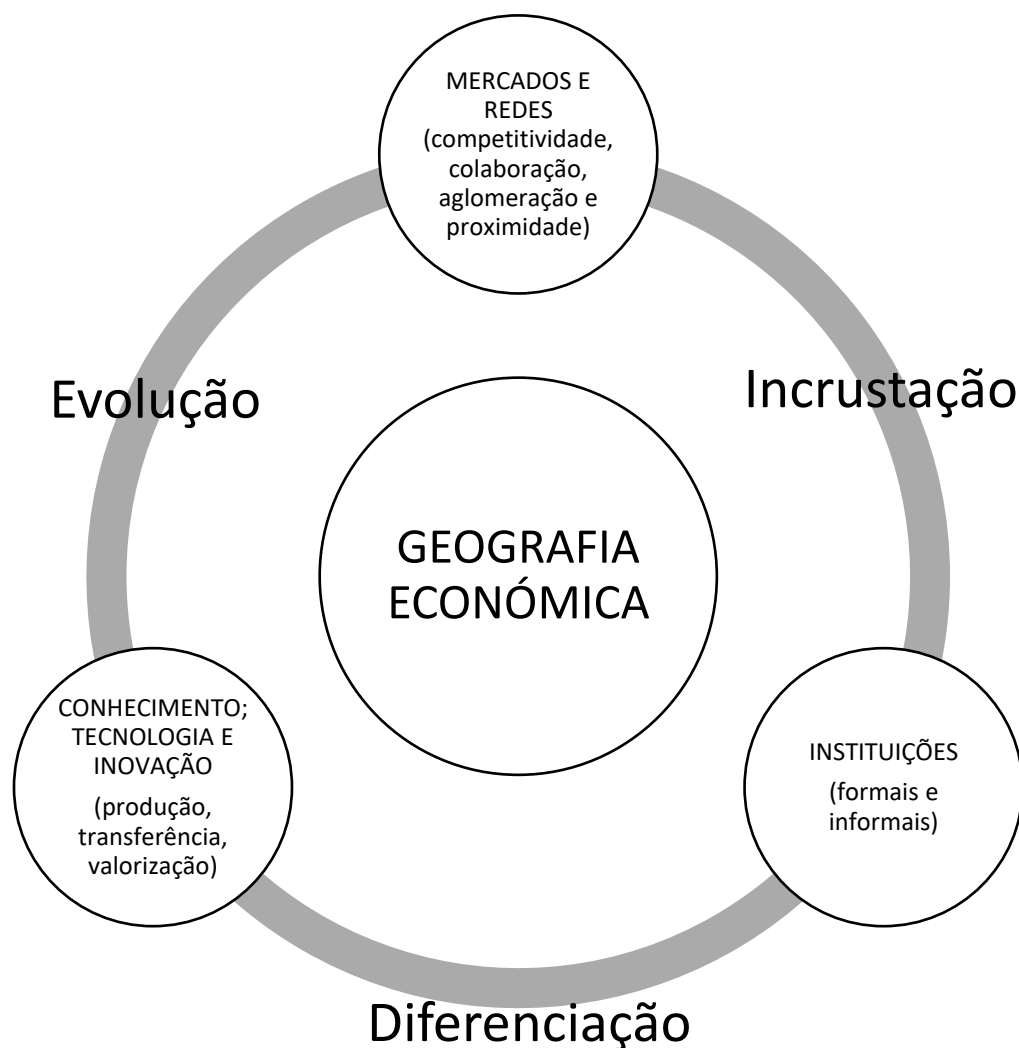


Figura 2: As principais dimensões da Geografia Económica

Fonte: Inspirado em Storper (1997).

O programa está dividido em 7 tópicos, cada um deles programado para uma aula de 3h.

Tópico 1. Uma Abordagem Plural de Geografia Económica: Complexa, Institucional e Evolucionista

Tópico 2. A Inovação no Lugar

Tópico 3. Os Protagonistas da Inovação

Tópico 4. Mercados e Modelos Territoriais de Inovação

Tópico 5. Resiliência da Inovação

Tópico 6. Desafios à Inovação nas Cidades e em Áreas Não Metropolitanas

Tópico 7. Transformação, Criação de Trajetórias e Mudança Estrutural

5.2. Programa

A UC Geografia Económica funciona em regime semestral, no primeiro semestre, com três horas de aulas por semana, divididas por igual entre teoria e prática. A UC é parte integrante do tronco obrigatório das UC do curso, e assume-se que se trata de uma UC fundamental no corpo disciplinar para a formação dos estudantes do mestrado. De seguida apresentam-se os 7 tópicos que estruturam o figurino renovado desta UC.

Tópico 1. Uma Abordagem Plural de Geografia Económica: Complexa, Institucional e Evolucionista

Nesta aula, vamos explorar uma abordagem plural da Geografia Económica para compreender os processos de localização e de inovação. Esta abordagem baseia-se em três grandes correntes teóricas, que fornecem diferentes ângulos de análise e complementam-se entre si.

- **Economia Institucionalista:** A primeira corrente é a economia institucionalista, que coloca as instituições, formais e informais, no centro da análise económica. Vamos discutir como as instituições influenciam o comportamento dos agentes económicos e moldam os processos de inovação. Neste sentido, é fundamental entender que a economia não opera isoladamente, mas está profundamente enraizada em contextos históricos, sociais e culturais. Por exemplo, as políticas governamentais ou os regulamentos de mercado podem incentivar ou limitar a inovação, dependendo de como são desenhados e aplicados.
- **Geografia Económica Evolucionista:** A segunda inspiração teórica centra-se na evolução das economias regionais e urbanas ao longo do tempo. Aqui, vamos analisar como as inovações e as crises influenciam o desenvolvimento de determinadas regiões, e como certos fatores – como o ambiente empresarial, o capital humano e a proximidade geográfica – podem acelerar ou atrasar o progresso económico. A ideia é perceber que o desenvolvimento económico não é um processo estático, mas sim dinâmico e evolutivo.

- Teoria da Complexidade: abordamos a teoria da complexidade, que trata os sistemas económicos como sistemas adaptativos complexos. Vamos explorar como as redes de atores – como empresas, governos, universidades, e outros – interagem de forma dinâmica e interligada. A inovação e o desenvolvimento, segundo essa teoria, não são lineares, mas emergem de interações imprevisíveis e frequentemente caóticas. Com base nisso, compreenderemos como a inovação pode surgir de forma espontânea em diferentes áreas e como as economias se adaptam a mudanças e choques externos.

Leituras específicas:

1. Bathelt, H. & Li, P. (2020). Building better methods in economic geography. *Zeitschrift für Wirtschaftsgeographie*, 64(3), 103–108.
2. Glaeser, E. L. (2000). The new economics of urban and regional growth. In G. L. Clark, M. P. Feldman & M. S. Gertler (Eds.), *The Oxford handbook of economic geography* (pp. 83–98). Oxford University Press.
3. Hassink, R., Klaerding, C. & Marques, P. (2014). Advancing evolutionary economic geography by engaged pluralism. *Regional Studies*, 48(7), 1295–1307.
4. Hidalgo, C. A., Klinger, B., Barabasi, A. & Hausmann, R. (2007). The product space conditions and the development of nations. *Science*, 317(5837), 482–487.
5. Kallemeyn, L. M., Hall, J. N. & Gates, E. (2019). Exploring the relevance of complexity theory for mixed methods research. *Journal of Mixed Methods Research*, 1–17.
6. Krugman, P. (1998). What's new about the new economic geography? *Oxford Review of Economic Policy*, 14(2), 7–16.
7. Latour, B. (2005). *Reassembling the social: An introduction to actor-network-theory*. Oxford University Press.
8. Scott, A. J. (2011). A world in emergence: Notes toward a resynthesis of urban-economic geography for the 21st century. *Urban Geography*, 32(6), 845–870.

9. Storper, M. (1997). *The regional world: Territorial development in a global economy* (Chapter 1: The resurgence of regional economies, ten years later). Guilford Press.
10. Ter Wal, A. & Boschma, R. (2009). Applying social network analysis in economic geography: Framing some key analytic issues. *The Annals of Regional Science*, 43(3), 739–756.

Tópico 2. A Inovação no Lugar

Nesta aula, vamos abordar a inovação como o conceito central da UC, explorando-a a partir de várias dimensões essenciais para compreender o seu impacto na sociedade e na economia. O objetivo é proporcionar uma visão ampla e crítica sobre o tema, através de diferentes abordagens e paradigmas.

Vamos começar com as definições preliminares, onde discutiremos o que caracteriza o processo de inovação e como este é influenciado por fatores externos, como redes de conhecimento e políticas públicas. Em seguida, trataremos da medição da inovação, uma questão fundamental para avaliar o seu impacto, utilizando indicadores de desempenho e resultados.

Outra parte importante da aula será dedicada aos Paradigmas Tecnológicos, que abordam as inovações tecnológicas de uso geral com potencial transformador em diversos setores. Também vamos explorar o conceito de inovação verde, especialmente relevante no contexto atual de crise climática, onde as soluções sustentáveis estão a ganhar cada vez mais destaque.

Discutiremos a inovação social (transformadora), que traz mudanças profundas para o bem-estar coletivo e a inclusão social, e por fim, refletiremos sobre as desigualdades e a destruição criativa, examinando como a inovação pode tanto reduzir quanto ampliar as desigualdades regionais e sociais.

Leituras específicas:

1. Boschma, R. (2005). Proximity and innovation: A critical assessment. *Regional Studies*, 39(1), 61–74.

2. Cooke, P., Asheim, B., Boschma, R., Martin, R., Schwartz, D. & Tödttling, F. (Eds.). (2011). Handbook of regional innovation and growth. Edward Elgar.
3. Fagerberg, J. & Verspagen, B. (2009). Innovation studies—The emerging structure of a new scientific field. *Research Policy*, 38(2), 218–233.
4. Nelson, A., Earle, A., Howard-Grenville, J., Haack, J. & Young, D. (2014). Do innovation measures actually measure innovation? *Research Policy*, 927–940.
5. OECD. (2018). Oslo manual 2018: Guidelines for collecting, reporting and using data on innovation (4th ed.). OECD Publishing.
6. Perez, C. (2010). Technological revolutions and techno-economic paradigms. *Cambridge Journal of Economics*, 34(1), 185–202.
7. Storper, M. (1995). The resurgence of regional economies, ten years later: The regions as a nexus of untraded interdependencies. *European Urban and Regional Studies*, 2(3), 191–221.
8. Storper, M. & Scott, A. J. (1995). The wealth of regions: Market forces and policy imperatives in local and global context. *Futures*, 27(5), 505–526.
9. Teece, D. (2005). Reflections on ‘Profiting from Innovation’. *Research Policy*, 35(8), 1131–1146.
10. Haxeltine, A., Pel, B., Wittmayer, J., Dumitru, A., Kemp, R. & Avelino, F. (2017). Building a middle-range theory of transformative social innovation: Theoretical pitfalls and methodological responses. *European Public & Social Innovation Review*, 2(1), 59–77.

Tópico 3. Os Protagonistas da Inovação

Nesta aula, vamos explorar os principais atores envolvidos no processo de inovação e o papel que cada um desempenha para impulsionar a inovação e o desenvolvimento económico.

- A Empresa: Focaremos nas capacidades dinâmicas e de absorção, essenciais para que a empresa possa captar novas ideias e tecnologias e implementá-las de forma eficaz. Veremos como a capacidade de inovar

está intimamente ligada à habilidade de uma organização em adaptar-se rapidamente às mudanças do mercado e de integrar novos conhecimentos.

- **A Universidade:** Abordaremos o papel da universidade como produtora e transmissora de conhecimento. Este ator é fundamental para criar uma ponte entre a investigação científica e a sua aplicação prática na sociedade, estimulando a inovação através da colaboração com a indústria e o setor público.
- **O Estado:** Discutiremos as novas capacidades estatais necessárias para criar um ambiente favorável à inovação. O Estado não só regula como também oferece apoio institucional e financeiro, criando políticas públicas que incentivam a pesquisa, desenvolvimento e aplicação de inovações.
- **Os Utilizadores:** Veremos como, na era da inovação aberta, os utilizadores assumem um papel mais ativo no processo de inovação. Através da interação direta com empresas e investigadores, eles contribuem para o desenvolvimento de novos produtos e serviços que melhor atendam às suas necessidades.

Compreender a interação entre estes atores é crucial para entender como os ecossistemas de inovação funcionam e como cada parte contribui para o progresso tecnológico e social.

Leituras específicas:

1. Breznitz, S. M. & Feldman, M. P. (2012). The engaged university. *Journal of Technology Transfer*, 37(2), 139–157.
2. Chesbrough, H. W. (2003). *Open innovation: The new imperative for creating and profiting from technology*. Harvard Business School Press.
3. Cohen, W. & Levinthal, D. (1990). Absorptive capacity: A new perspective on learning and innovation. *Administrative Science Quarterly*, 35(1), 128–152.

4. Etzkowitz, H. (2002). The triple helix of university-industry-government: Implications for policy and evaluation (SISTER Working Paper 2002-11). http://www.sister.nu/pdf/wp_11.pdf
5. Fernández-Esquinas, M., van Oostrom, M. & Pinto, H. (2018). Innovation in SMEs and micro firms: Culture, entrepreneurial dynamics and regional development. Routledge.
6. Laranja, M. & Pinto, H. (2023). Capacities for transformative social systems innovation: A tentative framework for public policies. Atlantic Social Lab and Centro de Estudos Sociais.
7. Pinto, H., Pereira, T. S. & Uyarra, E. (2019). Innovation in firms, resilience and the economic downturn: Insights from CIS data in Portugal. *Regional Science Policy & Practice*, 11, 951–967.

Tópico 4. Mercados e Modelos Territoriais de Inovação

Nesta aula, discutiremos como o funcionamento dos mercados desempenha um papel crucial no processo de inovação e como as falhas de mercado (como externalidades, concorrência imperfeita e bens públicos) influenciam as dinâmicas inovadoras.

É importante notar que as empresas não inovam isoladamente, mas estão profundamente influenciadas pelo seu contexto. A inovação é frequentemente moldada por condições específicas de cada território, onde diferentes modelos territoriais ajudam a explicar como ela ocorre em diferentes regiões.

Entre os principais arranjos territoriais que facilitam essa interação entre empresas, universidades e governo, vamos destacar:

- **Sistemas Regionais de Inovação:** Focam a cooperação e a aprendizagem entre atores locais para promover a inovação numa região específica.
- **Clusters:** Concentram empresas e instituições em setores económicos específicos, criando uma rede que incentiva a troca de conhecimento e facilita o desenvolvimento de inovações.
- **Ecosistemas empresariais:** São redes de empresas e instituições que colaboram num ambiente de inovação, promovendo a competitividade e o crescimento.

Estes arranjos territoriais são essenciais para entender como a inovação se materializa em diferentes contextos geográficos e como as políticas públicas podem influenciar positivamente este processo.

Leituras específicas:

1. Ebbekink, M. & Lagendijk, A. (2013). What's next in researching cluster policy: Place-based governance for effective cluster policy. *European Planning Studies*, 21(5), 735–753.
2. Edquist, C. (2005). Systems of innovation: Perspectives and challenges. In J. Fagerberg, D. Mowery & R. R. Nelson (Eds.), *The Oxford handbook of innovation* (pp. 181–208). Oxford University Press.
3. Iammarino, S. (2005). An evolutionary integrated view of regional systems of innovation: Concepts, measures, and historical perspectives. *European Planning Studies*, 13(4), 497–519.
4. Jacobides, M. & Winter, S. (2005). The co-evolution of capabilities and transaction costs: Explaining the institutional structure of production. *Strategic Management Journal*, 26(5), 395–413.
5. Leitão, J. & Alves, H. (Eds.). (2018). *Entrepreneurial, innovative and sustainable (EIS) ecosystems: Best practices and implications for quality of life*. Springer.
6. Martin, R. & Sunley, P. (2006). Path dependence and regional economic evolution. *Journal of Economic Geography*, 6(4), 395–437.
7. Morgan, K. (2004). The exaggerated death of geography: Learning, proximity, and territorial innovation systems. *Journal of Economic Geography*, 4(1), 3–21.
8. Moulaert, F. & Sekia, F. (2003). Territorial innovation models: A critical survey. *Regional Studies*, 37(3), 289–302.
9. Saxenian, A. (1994). *Regional advantage: Culture and competition in Silicon Valley and Route 128* (Chapter 2). Harvard University Press.
10. Torre, A. & Rallet, A. (2005). Proximity and localization. *Regional Studies*, 39(1), 47–59.

Tópico 5. Resiliência da Inovação

Nesta aula abordamos o conceito de "resiliência da inovação", definido de forma alargada como a capacidade de um sistema de inovação lidar com disrupções negativas, sejam elas externas ou internas, e continuar a desempenhar as suas funções, ou até mesmo melhorá-las. De maneira mais restrita e operacional, a resiliência da inovação refere-se à habilidade do sistema em manter atividades inovadoras mesmo durante crises económicas, evitando impactos estruturais adversos como a queda do Produto Interno Bruto (PIB) e o aumento do desemprego.

No contexto microeconómico, discutimos como a "resiliência da inovação" se manifesta na capacidade de empresas ou outros atores de continuarem ou intensificarem os seus esforços de inovação, mesmo diante de choques internos ou externos.

A aula parte do conceito de resiliência regional e do papel das redes neste processo para introduzir uma conceção original de resiliência, incentivando os alunos a refletirem sobre como as dinâmicas de inovação podem adaptar-se a diferentes crises e desafios económicos.

Leituras específicas:

1. Antonioli, D. & Montresor, S. (2021). Innovation persistence in times of crisis: An analysis of Italian firms. *Small Business Economics*, 56(3), 1739–1764.
2. Archibugi, D. & Filippetti, A. (2012). *Innovation and economic crisis: Lessons and prospects from the economic downturn*. Routledge.
3. Boschma, R. (2015). Towards an evolutionary perspective on regional resilience. *Regional Studies*, 49(5), 733–751.
4. Crespo, J., Suire, R. & Vicente, J. (2014). Lock-in or lock-out? How structural properties of knowledge networks affect regional resilience? *Journal of Economic Geography*, 14(1), 199–219.
5. Pinto, H. (2019). Innovation dynamics and resilience: A crucial agenda for the future of regional studies and policy. *Regions Magazine*.

6. Pinto, H. & Pereira, T. S. (2018). The resilience of innovation systems under economic turbulence. In T. Baycan & H. Pinto (Eds.), *Resilience, crisis and innovation dynamics* (pp. 47–67). Edward Elgar Publishing.

Tópico 6. Desafios à Inovação nas Cidades e em Áreas Não Metropolitanas

Nesta aula, exploramos os desafios distintos que as cidades e áreas não metropolitanas enfrentam no que diz respeito à inovação. A discussão abrange diferentes tipos de contextos urbanos e as estratégias que podem ser adotadas para fomentar o desenvolvimento inovador em cada um deles:

- Shrinking cities e left-behind places: cidades que sofrem com o declínio populacional, enfrentando dificuldades para atrair inovação e investimentos, muitas vezes resultando em estagnação econômica.
- Cidades criativas: áreas urbanas que utilizam a criatividade e as indústrias culturais como motores de desenvolvimento, promovendo novas formas de inovação baseadas no capital humano criativo.
- Cidades inteligentes (smart cities): cidades que adotam tecnologias digitais e de comunicação para melhorar a qualidade de vida, otimizar os serviços públicos e promover a eficiência urbana, desde mobilidade até governança.
- Pequenas cidades: embora tenham recursos limitados, podem apostar em inovações de nicho, criando vantagens competitivas em áreas específicas que respondam às suas características únicas.
- Desindustrialização: regiões que sofreram com o declínio de indústrias pesadas, enfrentando a necessidade de reinventar as suas economias através da inovação, do empreendedorismo e da diversificação setorial.

Leituras específicas:

1. Florida, R. (2002). *The rise of the creative class: and how it's transforming work, leisure, community and everyday life*, Penguin Books.

2. Grant, J. (2014). Seeking talent for creative cities: The social dynamics of innovation. University of Toronto Press.
3. Pierre, J. (1999). Models of urban governance: The institutional dimension of urban politics. *Urban Affairs Review*, 34(3), 372–396.
4. Pike, A., Béal, V., Cauchi-Duval, N., Franklin, R., Kinossian, N., Lang, T., Leibert, T., MacKinnon, D., Rousseau, M., Royer, J., Servillo, L., Tomaney, J. & Velthuis, S. (2023). ‘Left behind places’: A geographical etymology. *Regional Studies*, 58(6), 1167–1179.
5. Rodríguez-Pose, A. (2018). The revenge of the places that don’t matter (and what to do about it). *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 11(1), 189–209.
6. Scott, A. J. (2014). Beyond the creative city: Cognitive–cultural capitalism and the new urbanism. *Regional Studies*, 48(4), 565–578.

Tópico 7. Transformação, Criação de Trajetórias e Mudança Estrutural

Nesta aula, abordamos os processos de transformação económica, a criação de trajetórias de desenvolvimento e as mudanças estruturais necessárias para que regiões e setores possam inovar e evoluir. Exploramos como essas dinâmicas permitem abrir novos caminhos para o desenvolvimento e possibilitam a adaptação a mudanças tecnológicas e económicas.

Discutimos também as novas políticas industriais, que têm como objetivo fomentar a inovação através de abordagens localizadas, que levam em consideração as características e potencialidades específicas de cada região. Essas políticas incluem:

- Abordagens orientadas por missão: que focam em resolver grandes desafios globais, como o aquecimento global e a transição para uma economia sustentável, mobilizando esforços e recursos para encontrar soluções inovadoras.
- Especialização inteligente: estratégias que visam concentrar recursos em áreas com maior potencial inovador dentro de cada região, impulsionando

domínios específicos que podem gerar maior impacto no desenvolvimento local e regional.

A aula incentiva uma compreensão profunda de como as regiões podem adaptar-se e inovar, com base nas suas características próprias, e como as políticas industriais modernas podem ser moldadas para promover mudanças estruturais e trajetórias de crescimento sustentáveis e inclusivas.

Leituras específicas:

1. Asheim, B. & Herstad, S. (2021). Regional innovation strategy for resilience and transformative industrial path development: Evolutionary theoretical perspectives on innovation policy. *Eastern Journal of European Studies*, 12, 43–75.
2. Barca, F., McCann, P. & Rodriguez-Pose, A. (2012). The case for regional development intervention: Place-based versus place-neutral approaches. *Journal of Regional Science*, 52(1), 134–152.
3. Foray, D., Eichler, M. & Keller, M. (2021). Smart specialization strategies—Insights gained from a unique European policy experiment on innovation and industrial policy design. *Review of Evolutionary Political Economy*, 2(1), 83–103.
4. Lazzarini, S. (2015). Strategizing by the government: Can industrial policy create firm-level competitive advantage? *Strategic Management Journal*, 36(1), 97–112.
5. Mazzucato, M. (2018). Mission-oriented innovation policies: Challenges and opportunities. *Industrial and Corporate Change*, 27(5), 803–815.
6. Tödtling, F. & Trippl, M. (2005). One size fits all? Towards a differentiated regional innovation policy approach. *Research Policy*, 34(8), 1203–1219.

5.3. Bibliografia principal

1. Asheim, B. T., Isaksen, A. & Trippl, M. (2019). *Advanced introduction to regional innovation systems*. Edward Elgar.
2. Carruthers, B. & Babb, S. (2013). *Economy/society: Markets, meanings, and social structure* (2nd ed.). SAGE Publications, Inc.
3. Hayter, R. & Patchell, J. (2016). *Economic geography: An institutional approach* (2nd ed.). OUP Canada.
4. Hudson, R. (2016). *Approaches to economic geography: Towards a geographical political economy*. Routledge.

6. MODELO PEDAGÓGICO

6.1. Metodologia de Ensino

A unidade curricular de Geografia Económica adota um modelo de funcionamento teórico-prático, integrando o estudo de teorias com aplicações do contexto atual. Deste modo, a conexão entre conceitos e a prática, da reflexão crítica para o planeamento do território, são elementos que estruturam o processo de ensino-aprendizagem. Os alunos são estimulados a relacionar teoria e prática através de exemplos concretos, o que enriquece a aprendizagem e incentiva a criatividade e a análise crítica. Além das aulas, os estudantes têm acesso a materiais de apoio na tutoria eletrónica.

Algumas das aulas são estruturadas em duas partes: na primeira, o professor apresenta e contextualiza os principais tópicos; na segunda, os alunos realizam debates com base na literatura previamente disponibilizada, adotando um formato de sala invertida (*flipped classroom*).

O modelo pedagógico é fundamentado em três pilares: exposição e debate nas aulas, trabalho prático e flexibilidade na calendarização das atividades. Apesar do rigor em cumprir os objetivos e o programa, há uma adaptação das sessões, de modo a maximizar a gestão do tempo e a lógica de sequência dos conteúdos. Todas as apresentações do docente são apoiadas por slides de PowerPoint, compostos por diversas referências e hiperligações que facilitam a compreensão dos conceitos. Os materiais de suporte são disponibilizados na tutoria antecipadamente às apresentações, garantindo que os alunos podem seguir e anotar os conteúdos das aulas. A participação ativa é incentivada, e a discussão de temas é encorajada, reconhecendo que o envolvimento dos alunos pode fazer a diferença na aprendizagem.

As visitas de estudo a empresas e entidades da região são uma prática recorrente nesta unidade curricular, permitindo que os alunos se conectem com a realidade

empresarial e do planeamento regional. As entidades escolhidas são aquelas que demonstram boas práticas de inovação e de políticas públicas, e as visitas costumam ocorrer no período da manhã. Quando as visitas não podem ser realizadas, por motivos logísticos ou de agenda, são substituídas por seminários práticos. Essas atividades visam estimular o contato com especialistas em temas relevantes para a matéria e alinhar o ensino ao modelo teórico-prático da unidade. No passado, a presença de especialistas externos à UC, como John Edwards, Teresa Noronha ou Carla Nogueira, em sessões dedicadas, enriqueceu ainda mais a experiência dos alunos, reforçando o enfoque na troca de conhecimentos. Uma outra abordagem utilizada é a visualização e discussão de documentários. A título de exemplo em 2024/2025 foi visionado o Documentário The Resilience Age.

Exemplos de Tópicos Especiais para Oradores Visitantes futuros

Alguns temas emergentes que merecem destaque incluem:

- Turismo regenerativo: práticas turísticas que promovem a restauração ambiental e cultural.
- Crescimento azul: inovações ligadas ao uso sustentável dos recursos marinhos.
- Governança da água: políticas e inovações para o uso sustentável da água.
- Inovação sustentável: desenvolvimento de tecnologias e práticas que combinam crescimento económico com sustentabilidade ambiental.

6.2. Resultados de Aprendizagem dos Alunos

O curso visa introduzir os alunos às teorias, modelos e evidências empíricas da Geografia Económica, dinâmica e evolução de diferentes setores da economia, proporcionando uma visão ampla do campo e identificando as principais questões de pesquisa.

Após a conclusão do curso, os alunos deverão ser capazes de:

- Ampliar o conhecimento sobre os principais aspetos relacionados com a localização das atividades económicas.
- Desenvolver uma compreensão aprofundada dos conceitos centrais utilizados pela Geografia Económica para explicar o processo de inovação.
- Articular conceitos fundamentais, como instituição, inovação e proximidade, para debater ideias complexas acerca dos padrões espaciais das atividades económicas.
- Utilizar de forma avançada os modelos teóricos da Geografia Económica.
- Refletir sobre as formas de interação entre os diferentes tipos de atores económicos.
- Compreender a relevância da análise geográfica na investigação e no planeamento.
- Desenvolver a capacidade de aplicar o conhecimento adquirido em sala de aula a contextos práticos, relacionados ao desenvolvimento económico urbano e regional.

Fomentar habilidades de avaliação crítica, capacitando o aluno a emitir opiniões fundamentadas sobre o desenvolvimento urbano e regional.

6.3. Modelo de Avaliação

A disciplina segue a lógica das disciplinas de Mestrado da FEUAlg. Esta unidade curricular utiliza uma metodologia de ensino baseada em duas âncoras: apresentação dos fundamentos teóricos da Geografia Económica, explorando estudos de caso e ferramentas de software quantitativos para que os alunos compreendam padrões espaciais e temporais de fluxos de conhecimento e informação, teorias de inovação territorial e modelos de crescimento endógeno.

O curso será ministrado em aulas teóricas e práticas. Os principais tópicos serão ilustrados através de aplicações empíricas.

A avaliação tem dois modelos opcionais:

Modelo 1: Teste individual (60%) + Um ensaio escrito individual sobre um tema do programa (a ser acordado com o Professor, até 5000 palavras - 40%).

Modelo 2: exame final (100%)

Para poderem beneficiar da avaliação contínua, os alunos devem cumprir o requisito mínimo de 75% de presenças nas aulas. Para que a nota do ensaio seja considerada, o teste escrito individual requer uma nota mínima de 7,5 em 20.

Época normal/regular: Exame escrito - 100% (de acordo com a regulamentação em vigor).

Época de recurso/melhoria: Exame escrito - 100% (de acordo com os regulamentos em vigor).

Nota: Caso seja identificada fraude académica (ex. plágio, uso indevido de IA), a avaliação será anulada e serão instaurados processos disciplinares de acordo com os regulamentos da Universidade do Algarve.

Na avaliação contínua, os alunos desenvolvem trabalhos individuais.

Os materiais de base para os trabalhos individuais são apresentados em sala num dia de aulas e disponibilizados por email antes do início da atividade. É fundamental que os alunos sigam as diretrizes especificadas para os trabalhos, conforme disponibilizado na tutoria, que incluem critérios de formatação, conteúdo esperado, prazos de entrega e normas de citação.

6.4. Recursos Pedagógicos

A utilização de recursos pedagógicos, como slides, salas de aula adequadamente equipadas, materiais didáticos variados, software específico e o suporte de pessoal não docente, é fundamental para garantir um ambiente de aprendizagem eficaz e dinâmico. Os slides facilitam a apresentação de conteúdos de forma visual e estruturada, auxiliando na retenção de informações pelos alunos. Salas de aula bem preparadas, com tecnologia audiovisual, promovem a interação e o envolvimento durante as aulas.

Materiais didáticos diversificados, como textos, estudos de caso e vídeos, enriquecem a aprendizagem, permitindo que os alunos conectem a teoria com a prática.

O uso de software especializado como a ferramenta Moodle, para a tutoria eletrónica, ajuda a otimizar a gestão de atividades académicas e avaliações. Os estudantes são apresentados ainda a softwares de análise estatística e de redes, em particular ao IBM SPSS e ao Node XL.

A presença de pessoal não docente, como o staff do secretariado da formação avançada e os serviços de informática, assegura que o funcionamento do ambiente escolar ocorre de maneira fluida, permitindo que o docente se concentre na lecionação da disciplina e no apoio aos alunos.

Em conjunto, esses recursos são essenciais para criar uma experiência educativa integrada, estimulante e de qualidade.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão sobre a evolução futura no domínio da Geografia Económica não se esgota numa boa seleção de temas. Tem também muito a ver com a forma como o ensino desta disciplina precisa de ser implementado para permanecer interessante e relevante para as novas gerações de estudantes. Esta UC adota uma abordagem institucional para realçar teorias e modelos de desenvolvimento territorialmente delimitados. O conhecimento e a inovação são apresentados como elementos centrais do desenvolvimento regional. Os modelos teóricos são complementados por exemplos empíricos, principalmente das regiões da União Europeia, mas também do Brasil e de África, com políticas específicas e estudos de caso.

Algumas das razões que contribuíram para o sucesso da disciplina no passado podem orientar a implementação efetiva do ensino da Geografia Económica noutras universidades, programas e cursos.

Em primeiro lugar, existe a prática de constante atualização e modificação de temas. Não só pela evolução interna da disciplina, mas também motivada pelos diferentes perfis de alunos e pelo contexto temporal em que a disciplina é implementada. Temas cruciais do quotidiano, como a crise, as guerras e invasões, ou a pandemia, rapidamente tomaram conta da minha sala de aula. Um professor atento pode tirar partido disso.

Em segundo lugar, a utilização de pequenos projetos de investigação, orientados durante o semestre, como um pequeno ensaio, análise de programa/instrumento de política pública, ou o desenho preliminar de uma dissertação ou projeto de investigação, são ainda formas relevantes para os alunos adaptarem os conhecimentos de Geografia Económica aos seus interesses temáticos e aumentarem os seus próprios conhecimentos, apreendendo que todos os estudos,

em particular sobre o turismo e o desenvolvimento regional, têm uma incontornável dimensão territorial.

Em terceiro lugar, as aulas deverão ser também um momento de experimentação e debate, não só a nível teórico, mas também com acesso a notícias atualizadas, políticas existentes e casos regionais, trazendo para a aula especialistas com conhecimentos práticos, mostrando novas ferramentas geográficas, tais como novos softwares, para aumentar a consciencialização sobre as possibilidades de criar novo conhecimento, e visitar outros lugares para observar *in situ* o que um território realmente significa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(Utilizadas no texto)

- Amable, B. & Lung, Y. (2008). The European socio-economic models of a knowledge-based society: Main findings and conclusion. Cahiers du GREThA, 2008-26. Groupe de Recherche en Economie Théorique et Appliquée.
- Aoki, M. (2001). Toward a comparative institutional analysis (pp. 1–29). The MIT Press.
- Asheim, B., Grillitsch, M. & Trippl, M. (2019). Regional innovation systems: Past, present and future. *Revista Galega de Economía*, 28(2), 4–22.
- Bathelt, H. & Li, P. (2020). Building better methods in economic geography. *Zeitschrift für Wirtschaftsgeographie*, 64(3), 103–108.
- Benko, G. (1999). *A ciência regional*. Celta.
- Benko, G. & Lipietz, A. (Eds.). (1994). *As regiões ganhadoras: Distritos e redes, os novos paradigmas da geografia económica*. Celta.
- Boschma, R. (2005). Proximity and innovation: A critical assessment. *Regional Studies*, 39(1), 61–74.
- Boschma, R. (2015). Towards an evolutionary perspective on regional resilience. *Regional Studies*, 49(5), 733–751.
- Boschma, R., Minondo, A. & Navarro, M. (2012). Related variety and regional growth in Spain. *Papers in Regional Science*, 91, 241–256.
- Bromley, D. (2006). *Sufficient reason: Volitional pragmatism and the meaning of economic institutions*. Princeton University Press.

- Burt, R. (1995). *Structural holes*. Harvard University Press.
- Carrozza, C., Cruz, A. R., Nogueira, C., Pinto, H. & Uyarra, E. (2020). European knowledge and entrepreneurial ecosystems: Networks within climate change and adaptation research. *Thunderbird International Business Review*, 62(5), 579–591.
- Carruthers, B. & Babb, S. (2013). *Economy/society: Markets, meanings, and social structure* (2nd ed.). SAGE Publications.
- Covas, A. (2023). *Os territórios na era das redes: Cultura digital, ação coletiva e bens comuns*. Edições Sílabo.
- Crespo, J., Suire, R. & Vicente, J. (2014). Lock-in or lock-out? How structural properties of knowledge networks affect regional resilience. *Journal of Economic Geography*, 14(1), 199–219.
- Ebbekink, M. & Lagendijk, A. (2013). What's next in researching cluster policy: Place-based governance for effective cluster policy. *European Planning Studies*, 21(5), 735–753.
- Fagerberg, J. & Verspagen, B. (2009). Innovation studies—The emerging structure of a new scientific field. *Research Policy*, 38(2), 218–233.
- Foray, D., Eichler, M. & Keller, M. (2021). Smart specialization strategies—Insights gained from a unique European policy experiment on innovation and industrial policy design. *Review of Evolutionary Political Economy*, 2, 83–103.
- Godinho, M. M. & Caraça, J. M. G. (Eds.). (1999). *O futuro tecnológico: Perspectivas para a inovação em Portugal*. Celta.
- Granovetter, M. (1973). The strength of weak ties. *The American Journal of Sociology*, 78(6), 1360–1380.
- Hall, P. A. & Soskice, D. (2001). An introduction to varieties of capitalism. In P. A. Hall & D. Soskice (Eds.), *Varieties of capitalism: The institutional foundations of comparative advantage* (pp. 1–68). Oxford University Press.

- Hassink, R., Trippel, M., Breznitz, S., Coenen, L., Fitjar, R. D., Gong, H., He, C. & Zook, M. (2022). Progress in economic geography: Inaugural editorial. *Progress in Economic Geography*, 100001.
- Hayter, R. & Patchell, J. (2016). *Economic geography: An institutional approach* (2nd ed.). OUP Canada.
- Hodgson, G. (2006). What are institutions? *Journal of Economic Issues*, 40(1), 1–25. <http://www.geoffrey-hodgson.info/user/bin/whatareinstitutions.pdf>
- Hudson, R. (2016). *Approaches to economic geography: Towards a geographical political economy*. Routledge.
- Kallemeyn, L. M., Hall, J. N. & Gates, E. (2019). Exploring the relevance of complexity theory for mixed methods research. *Journal of Mixed Methods Research*, 1–17.
- Laranja, M. & Pinto, H. (2023). Capacities for transformative social systems innovation: A tentative framework for public policies. Atlantic Social Lab and Centro de Estudos Sociais.
- Latour, B. (2005). *Reassembling the social: An introduction to actor-network-theory*. Oxford University Press.
- Martin, R. (2021). Putting the case for a pluralistic economic geography. *Journal of Economic Geography*, 21(1), 1–28.
- Moulaert, F. & Sekia, F. (2003). Territorial innovation models: A critical survey. *Regional Studies*, 37(3), 289–302.
- North, D. (1994). Economics performance through time. *The American Economic Review*, 8(3), 359–368.
- Perez, C. (2010). Technological revolutions and techno-economic paradigms. *Cambridge Journal of Economics*, 34(1), 185–202.
- Pike, A., Béal, V., Cauchi-Duval, N., Franklin, R., Kinossian, N., Lang, T., Leibert, T., MacKinnon, D., Rousseau, M., Royer, J., Servillo, L., Tomaney, J. & Velthuis, S. (2023). ‘Left behind places’: A geographical etymology. *Regional Studies*. 58(6), 1167-1179.

- Pinto, H. (2024). Universities and institutionalization of regional innovation policy in peripheral regions: Insights from the smart specialization in Portugal. *Regional Science Policy & Practice*, 16(1), 12659.
- Reis, J. (2007). *Ensaio de economia impura*. Almedina.
- Simmie, J. & Martin, R. (2010). The economic resilience of regions: Towards an evolutionary approach. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 3(1), 27–43.
- Storper, M. & Scott, A. J. (1995). The wealth of regions: Market forces and policy imperatives in local and global context. *Futures*, 27(5), 505–526.
- Ter Wal, A. & Boschma, R. (2009). Applying social network analysis in economic geography: Framing some key analytic issues. *The Annals of Regional Science*, 43(3), 739–756.
- Torre, A. & Rallet, A. (2005). Proximity and localization. *Regional Studies*, 39(1), 47–59.

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – FUC 2024/25

Anexo 2 – Exemplo de exame Época Normal 2023/24

Anexo 3 – Plano de Estudos do Mestrado